

Golpe do impeachment e conflitos de classe no Brasil

Danilo Enrico Martuscelli

Marília: Lutas Anticapital, 2026. 294p.

Ana Laura dos Santos Ribeiro¹

Dez anos depois da saída de Dilma Rousseff da presidência, Danilo Martuscelli nos apresenta *Golpe do impeachment e conflitos de classe no Brasil*, reunindo onze textos em que debate esse momento histórico, bem como a relação dele com o momento de instabilidade latino-americana e com os desdobramentos a partir da ascensão bolsonarista. Mais do que um marco periódico, trata-se de um contraponto importante às análises predominantes sobre essa conjuntura. Partindo da teoria marxista de Nicos Poulantzas, o autor consegue demonstrar os tensionamentos da realidade a partir da luta de classes, em especial o que repercute no Estado brasileiro.

A coesão e o rigor teórico são parte consistente dessa obra, mas feita de forma acessível ao leitor, o que é essencialmente posto pela clareza de suas explicações em cada texto. Além disso, a sequência estruturante e a forma como as seções são divididas são fundamentais para a compreensão não apenas dos próprios acontecimentos, mas principalmente do que o autor quer demonstrar. Isto é, como ele desenha o debate é importante para que o leitor consiga dimensionar a vastidão das múltiplas relações envolvidas no que chama de golpe do *impeachment*, em especial centrada no debate de classes que é recorrentemente esquecido - ou propositalmente ignorado - das visões mais convencionais.

¹ Mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Email: alauraribeiro@outlook.com

O livro se inicia com o debate sobre a luta contra a corrupção, que ganha força na conjuntura latino-americana com o argumento de que se não fosse por isso, os países poderiam ter algum tipo de avanço ou modernização. Com base nisso, o autor investiga três períodos em que o tema da corrupção foi utilizado como tática política de certos grupos, sendo eles: 1992, com Collor; 2005, com Lula; e 2015-2016, no governo Dilma. A hipótese defendida é a de que a crítica anticorrupção nunca aparece separada das escolhas de política econômica e social do governo, ou seja, de que na verdade a bandeira da corrupção é um instrumento discursivo de disputa política envolta em uma problemática mais profunda, que são as disputas de interesses de classe para a reprodução da dominação burguesa.

O segundo capítulo se aprofunda na natureza dos governos petistas, onde a grande burguesia interna se fortaleceu, mas sem que isso deslocasse o setor bancário-financeiro enquanto fração hegemônica. O seu fortalecimento se deu pautado na acomodação de seus interesses no bloco no poder, constituindo-se enquanto fração reinante na cena política e exercendo a hegemonia ideológica diante das classes dominadas, estabelecendo uma ideologia neodesenvolvimentista. O problema é que isso “não se traduziu na constituição do neodesenvolvimentismo como matriz orientadora principal da política de Estado, nem tornou a grande burguesia a fração hegemônica no bloco no poder” (Martuscelli, 2026, p. 61).

A crise de 2008 abriu brechas para o fortalecimento da burguesia interna, permitindo ao governo Dilma adotar políticas mais ousadas de reformas. O resultado foi uma ofensiva do campo neoliberal ortodoxo, com apoio das camadas superiores da classe média e da grande mídia, sendo as jornadas de junho de 2013 o marco de quando o conservadorismo liberal ganha espaço. A crise se consolida no segundo mandato de Dilma, momento em que se combinaram duas crises: econômica e política. Ao ser reeleita, nomeia Joaquim Levy para o cargo de ministro da Fazenda, o qual aplica uma série de ajustes fiscais que aprofundam a crise econômica, desencadeando um descontentamento político de

sua base social, além de aprofundar a ruptura com representantes da burguesia interna.

O terceiro capítulo apresenta o debate sobre a caracterização ou não de um golpe. Longe de ser um consenso, a caracterização da deposição de Dilma continua sendo um debate que envolve polêmicas e discussões. Se, de um lado, temos aqueles que defendem que existiam motivos jurídicos para a interrupção do mandato, por conta das “pedaladas fiscais”, de outro, as declarações de votos feitas no Congresso tratavam muito mais de aspectos morais, como honestidade, valores familiares e corrupção, do que propriamente dos aspectos jurídicos. Essa hierarquia fez com que a própria definição de impeachment mesclas aspectos políticos e jurídicos, dando margem a sua utilização como chantagem política, fazendo um uso casuístico das leis. Aqueles que defendem que não teria sido golpe têm como seus principais argumentos: o predomínio da leitura institucionalista; a ausência de uma ruptura democrática; e de que o uso casuístico da legislação e da Constituição não seria uma violação, mas uma controvérsia que poderia ser superada.

Já entre alguns dos autores que entendem como um golpe, o que se identifica de similaridade em suas análises é a natureza de classe do golpe, ou seja, a compreensão de quais e como determinadas forças sociais se beneficiaram deste. Na análise de Martuscelli, os interesses da burguesia interna são contidos após o golpe, enquanto se consolida a hegemonia do capital financeiro internacional e da burguesia associada, com a alta classe média como força motriz. Portanto, o golpe implicou a redefinição da correlação política e da hegemonia política de uma fração do bloco no poder. Além disso, o autor também o caracteriza como golpe jurídico-parlamentar, diferenciando-o dos golpes militares, mas sem descaracterizar enquanto golpe e entendendo que este é condicionado e atravessado por conflitos distributivos de classe.

No quarto capítulo, traça uma crítica à análise institucionalista, a partir do livro *Operação impeachment*, de Fernando Limongi. A tese dessa obra é que o sistema político depôs Dilma para tentar “estancar

a sangria” da Lava Jato. Ainda que o autor não proclame em nenhum momento o institucionalismo enquanto sua base teórica, Martuscelli o identifica, apontando que se parte de uma concepção de maximização dos interesses próprios dos agentes políticos. Dessa forma, Limongi centraliza as instituições para tratar do caso, como se tal dimensão fosse autoexplicativa e alheia à conjuntura econômica e aos conflitos de classes presentes.

A segunda parte do livro aborda a relação com o contexto latino-americano, tendo em vista que se presenciou uma série de processos de instabilidade, resultando em diversas tentativas de golpes, parte bem-sucedidos, parte fracassados. Martuscelli se debruça a compreender as diferentes visões do conceito de golpe de Estado em diferentes análises desse momento histórico, propondo-se a dar um novo conteúdo conceitual ao termo neogolpismo a partir da teoria marxista. O autor chama a atenção para alguns pontos da leitura sobre o tema: a diferenciação entre a força dirigente e a força motriz; as mudanças institucionais que decorrem da disputa pela hegemonia no bloco no poder; e os meios empregados para a execução do golpe, em especial o uso casuístico das regras constitucionais. Em prol de uma compreensão mais específica, duas análises comparativas com o caso brasileiro são feitas: a primeira com o governo de Cristina Kirchner e a segunda com o governo de Evo Morales.

No texto escrito em coautoria com Angelita Souza, a hipótese trabalhada na comparação entre Brasil e Argentina é que ambos os governos optaram por estratégias de fortalecimento da burguesia interna, contrariando a burguesia financeira internacional. Quando o cenário internacional deixou de ser favorável, a burguesia interna enfraqueceu e passou a se incorporar ao neoliberalismo ortodoxo, tendo uma mudança na correlação de forças. Dessa forma, aponta-se que as políticas reformistas funcionaram apenas no período de crescimento econômico e com certa minimização dos conflitos distributivos. Com a crise, tal conflito volta à tona e a América Latina sofre uma ofensiva do capital financeiro internacional.

Em seguida, o autor nos apresenta uma comparação entre o caso boliviano e brasileiro, feita em coautoria com Sávio Cavalcante. A Bolívia, assim como o Brasil, também apresenta um longo período de governos progressistas e enfrenta um golpe que não visava uma mudança *de* regime político, mas sim uma mudança *no* regime político, a qual é viabilizada pelo ativismo judiciário. O que peculiariza o caso boliviano frente ao brasileiro é, por um lado, a ofensiva neoliberal apresentar um processo de fascistização mais acentuado pelo seu caráter violento em termos de violação política e dos direitos humanos; mas, por outro lado, a força golpista ter sido incapaz de estabelecer efetivamente uma nova hegemonia, com Luis Arce, associado ao governo de Morales, vencendo as eleições em 2020.

A terceira parte do livro busca compreender como se deu a ascensão do neoliberalismo ortodoxo e do bolsonarismo no Brasil, entendendo o golpe do *impeachment* como um importante marcador desse cenário. Inicia-se com uma análise crítica da obra de Jairo Nicolau, *O Brasil dobrou a direita*, que apresenta resultados considerados formalistas sobre o processo eleitoral, a partir de uma orientação institucionalista e baseada em uma análise de dados quantitativos sobre o comportamento eleitoral de 2010, 2014 e 2018. Martuscelli reforça sua crítica ao institucionalismo, apontando que essa vertente secundariza aspectos centrais da conjuntura brasileira, como a crise política, os conflitos de classe e a ofensiva neoliberal. Entende-se que dados estatísticos são importantes para se fazer uma análise, mas que eles não dão conta de toda a complexidade da conjuntura política que transforma a correlação de forças, criando condições para a ascensão da direita (ou extrema direita).

Martuscelli, então, se debruça sobre o hiperpresidencialismo brasileiro no nono capítulo, trazendo um texto escrito em coautoria com Armando Boito Jr. Embora o hiperpresidencialismo seja marcado pelo fato de que o chefe do Executivo governe por meio de Medidas Provisórias (MPs), a partir do golpe do *impeachment*, houve uma queda significativa no número de MPs convertidas em leis, mostrando

o enfraquecimento desse fenômeno. Era por meio do acatamento dos parlamentares às MPs e aos projetos de leis elaborados pelo Executivo que o PT conseguia contrapor sua debilidade no Congresso, uma vez que, mesmo tendo força nas eleições presidenciais, o partido sempre teve desempenho pífio nas disputas legislativas. Com isso, garantia-se que o partido de esquerda conseguisse executar políticas de estímulo à economia e de redução da pobreza. Os autores argumentam que o fraco desempenho da esquerda no Congresso deve-se ao personalismo exacerbado na política brasileira, sendo o lulismo um tipo de populismo e, dessa forma, não-mobilizador. Não se pode reduzir isso a uma ideia de que o eleitorado lulista seria despolitizado, pois o voto em Lula diz respeito a uma melhora material nas condições de vida dessas pessoas. Ao mesmo tempo, essa mudança apresenta um funcionamento em que os eleitores são gratos à pessoa do presidente.

O décimo texto, escrito em coautoria com Arthur Salomão, investiga o movimento bolsonarista em prol de defender que se trata de uma manifestação do fascismo no capitalismo contemporâneo. Os autores apontam que é possível fazer essa caracterização tendo em vista que se trata de um movimento reacionário de massas que ocorre em uma conjuntura específica de crise política; apresenta uma base social vinculada a setores das classes intermediárias e do médio capital; e tem por orientação uma ideologia anti-igualitarista radical. A argumentação se constrói revisitando o momento de crise política, desde os anos prévios ao golpe, para entender como o bolsonarismo nasce e ganha espaço. As principais características destacadas do movimento neofascista brasileiro são: apontar o comunismo enquanto seu principal inimigo, entendido de forma genérica e ampla; o autoritarismo político, pautado no culto à violência e no antidemocrático reacionário; e o apego aos símbolos nacionais.

O último texto do livro procura compreender qual é o lugar do golpe do *impeachment* de Dilma no capitalismo neoliberal, fechando o livro com a reflexão sobre como esse momento foi marcante na conjuntura brasileira e trouxe consequências que são sentidas até hoje.

Aponta-se como a crise de 2008 fez com que, globalmente, o neoliberalismo autoritário ganhasse força. Na América Latina, assistiu-se a uma sequência de tentativas de golpes de Estado, passando por um período de instabilidade política. No Brasil, o golpe do *impeachment* de 2016 foi uma das resultantes dessa dinâmica e desencadeou a formação de bases reacionárias e a implementação de políticas neoliberais ortodoxas. A reeleição de Lula em 2022, mesmo tentando atenuar as tendências autoritárias, segue na linha desse tipo de política neoliberal, contando inclusive com respaldo de forças neofascistas, que estão presentes na cena política.

Golpe do impeachment e conflitos de classe no Brasil é uma obra que nos oferece importantes contribuições sobre os impactos da queda de Dilma, uma vez que o entende em sua completude dinâmica e contraditória. A partir de uma leitura marxista, os conflitos de classe constituem o núcleo central da explicação dos tensionamentos da realidade brasileira, com especial enfoque em como se manifestam no interior do Estado. A obra traz uma contribuição indispensável sobre os desafios frente à ascensão do neoliberalismo e do neofascismo, fenômenos que não se restringem ao Brasil, mas se manifestam em diversas regiões do mundo. No caso brasileiro, uma das consequências mais profundas do golpe é a emergência do bolsonarismo enquanto fenômeno reacionário de massa. Assim, a derrota desse neoliberalismo reacionário não se detém às urnas, mas desafios estruturais e mais amplos são postos como necessários. É para isso que Martuscelli nos chama atenção.